

O projeto "Ilha do Bananal: um desafio ecológico" ou o estado de Tocantins volta à carga.

André Toral

Patrocinada pelo governo do recém criado Estado de Tocantins, uma empresa privada de São Paulo, a NCV Produções Culturais, lança um projeto destinado à "preservação" da Ilha do Bananal. A iniciativa, no entanto, travestida com preocupações ecológicas, é apenas mais uma cartada da classe política e econômica do novo estado, nas suas seguidas tentativas de descaracterizar a Ilha como área de preservação ambiental e território indígena.

A área da Ilha do Bananal está dividida entre o Parque Indígena do Araguaia (PIA) e o Parque Nacional do Araguaia (PNA). O primeiro é território Javaé e Karajá, administrado pela FUNAI (MINTER). O segundo é uma área de preservação ecológica, sob a jurisdição do IBAMA, também ligado ao MINTER.

Desde antes da fundação do PIA, em 1971, a FUNAI arrendou as terras dos Karajá e Javaé aos criadores de gado dos municípios vizinhos. A partir de 1970 a parte leste da Ilha foi ocupada por um grande número de pecuaristas, a maior parte fazendeiros que deixam vaqueiros tomando conta do gado. Esses fazendeiros enfrentam algumas "dificuldades" para a plena exploração da Ilha. Desde o início dos arrendamentos (em 1969), o aumento das muitas taxas de ocupação (sempre em valores abaixo dos preços do mercado) cobradas pela FUNAI, tem servido de motivo para manifestações dos fazendeiros.

1979/1984. A primeira investida contra o PIA e o PNA: as estradas BR-242 e a Transaraguaia.

Outra "dificuldade" que enfrentam os fazendeiros arrendatários é a inexistência de estradas transitáveis na época das chuvas, o que ocasiona, anualmente, a perda de muitas cabeças de gado. Para contornar estas "dificuldades" tentaram, juntamente com a SUDECO e o governo do estado de Goiás, construir duas estradas: a primeira (BR-242) em 1979 e a segunda (GO-262) em 1984. O presidente da SUDECO na época da construção da GO-262, a Transaraguaia era, atenção!, o sr. Renê Pompeu de Pina. O objetivo da construção da estrada era: facilitar o trânsito de gado, aumentar a ocupação e, mais importante, descaracterizar o PIA e o PNA como áreas de preservação ambiental e de domínio

indígena. As duas estradas foram derrubadas pela resistência dos índios Karajá e Javaé habitantes das aldeias que iriam ser "sacrificadas" (uma vez que o traçado passava praticamente dentro das aldeias), de setores ligados à preservação ambiental dentro e fora do governo, falta de verba, chegada da estação das chuvas e muitos outros fatores (a construção da Transaraguaia causou a demissão, como forma de protesto, da presidenta do IBDF na época).

Primeiro semestre de 1989. A segunda tentativa de ocupação da Ilha: o projeto de municipalização "ecológica".

No início de 1989, o governador de Tocantins, porta-voz das lideranças políticas dos municípios que criam gado na Ilha, tenta implantar o projeto de "municipalização ecológica" da Ilha do Bananal. O projeto, anunciado pelo secretário da Fazenda do estado do Tocantins, Renê Pompeu de Pina (lembram-se?), visava dar, aos núcleos de vaqueiros e criadores de gado que existem no interior da Ilha o status de "municípios ecológicos", destinados a uma pseudo preservação ambiental, e que passariam a ser, obviamente, ligados ao governo do estado de Tocantins. Lideranças indígenas, revoltadas com o projeto, que, na prática, significava oficializar e tornar permanente a ocupação de suas terras, com a qual evidentemente não se conformam, dirigem-se a Miracema do Norte para protestar junto ao governador Siqueira Campos. Não foram recebidos. Um assessor do governador, no entanto, garante-lhes que o projeto seria arquivado, se eles (os Karajá e Javaé, donos das terras) não concordassem. Na verdade, como as terras são Parques Indígenas e de preservação ambiental, patrimônio da União, fica muito difícil fazer com que passem a ser municípios do estado de Tocantins. A manobra, maquiada com cores de preservação ambiental, foi arquivada.

Segundo semestre de 1989. A terceira tentativa. "O projeto de recuperação ecológica na Ilha"

Uma firma de São Paulo, a NCV-Produções Culturais, "descobre", logo depois do fracasso da "municipalização", que a Ilha do Bananal está sendo devastada pela ocupação indiscriminada e resolve fazer um plano para sua "recuperação ecológica". Além de preservar, pretendem faturar. o projeto inclui a construção de hotéis ecológicos para "cientistas e turistas ecológicos" ("acomodações nos parâmetros de hotelaria, com ambientes de estar, ambientes de TV, suítes, piscinas em deck, aproveitando a água de rios e lagos"). Prevê, além disso, "exploração em escala comercial da Piscicultura" (...) "fontes de renda para os habitantes do Bananal - índios ou brancos? o projeto não diz - e para o estado do Tocantins". Finalmente na página 25, o item mais perigoso: o projeto prevê a construção de

estradas aplainadas (eufemisticamente chamadas de "caminhos") para serem utilizados por "caminhões de médio porte". O lançamento do projeto foi na aldeia karajá de Santa Isabel. A FUNAI, apressadamente, mandou reunir todos os caciques Karajá e Javaé. Jornalistas dos principais jornais do país (Folha de São Paulo, O Globo, Jornal da Tarde e outros) são chamados para cobrir o lançamento da campanha, com as passagens pagas pelo governo do estado do Tocantins...

A festa, como bem disse um jornalista presente, foi um anti-clímax. Os caciques se reuniram a portas fechadas e, de maneira unânime, resolveram não assinar nada. Ainda tinham bem frescas na memória as lembranças das estradas, do projeto de municipalização e os muitos problemas causados pela grilagem do Parque Indígena promovida pela classe política do estado do Tocantins, chefiados por Siqueira Campos, que, aliás, estava presente na ocasião.

A grilagem do Parque Indígena do Araguaia: o "x" do problema.

Os posseiros do PIA concentram-se na sua parte leste. Continuam expulsando os habitantes das aldeias Javaé dos locais aonde vivem desde tempos imemoriais (como, aliás, fazem desde a década de 50), soltam gado em suas roças, espantam a caça e a pesca sofre no verão, o assédio de pescadores profissionais que se utilizam das estradas abertas pelos pecuaristas, queimam as campinas naturais da Ilha para que brote o capim novo para o gado, derrubam a mata para obter madeira para cerca e para a abertura de roças. Os Javaé impetraram uma ação, junto à Procuradoria Geral da República para a retirada, no mais curto espaço de tempo possível dos arrendatários do PIA, que tornaram sua vida num inferno. No entanto, para o governador Siqueira Campos, as comunidades de brancos vivem "em harmonia" com os índios, planejando sua integração no "projeto ecológico".

Travestido de projeto ecológico os arrendatários da Ilha fazem mais uma investida para oficializar o processo de grilagem e esbulho da região. A FUNAI, que lucra com a ocupação, cobrando há mais de 20 anos a "taxa de ocupação" do território Javaé e Karajá, vê com bons olhos essa tentativa de torná-la "oficial".

De todo este "imbroglio" fica evidente que a tal NVC-Produções Culturais é "pau mandado" do governo do Tocantins. Cabe denunciar à opinião pública, através de setores preocupados com a defesa ambiental e direitos indígenas suas verdadeiras intenções, antes que utilizem outras pessoas, como o poeta Thiago de Melo, envolvidos na sua boa fé pelo palavrorio "verde".